

Sobre zebras na América do Sul: a noção de entrelugar e a escrita do espaço em história ambiental

On zebras in South America: the notion of betweenness, and place writing in environmental history

De cebras en América del Sur: la noción de intermediación y la escritura del espacio en historia ambiental

Jo Klanovicz*

<https://orcid.org/0000-0002-5110-9028>

RESUMO: Este artigo discute a noção de entrelugar, seus limites e possibilidades para a reflexão sobre a delimitação espacial em estudos de história ambiental. O artigo posiciona a discussão a partir de documentos sobre a expedição de García de Loáisá às Molucas (1525), em cotejo com produção historiográfica e interdisciplinar sobre espacialidades, considerando esses documentos como textos ambientais que apresentam narrativas nômades. Os textos ambientais de expedições mostram, assim, o agenciamento de linguagem heterotópica construída sobre lugares novos no deslocamento ambiental dos olhares de quem observa uma nova paisagem.

Palavras-chave: Lugar. Espaço. História ambiental.

ABSTRACT: This article discusses the notion of betweenness, its limits and possibilities for reflection on spatial delimitation in environmental history studies. The article positions the discussion based on documents about García de Loaisa's expedition to the Moluccas (1525), in comparison with historiographical and interdisciplinary production on spatialities, considering these documents as environmental texts that present nomadic narratives. The environmental texts

* Doutor em História, com pós-doutorado em História Global (Freie Universität Berlin). Bolsista CNPq-Pq2. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário e do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), do Paraná. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua na área de História Ambiental. Este artigo é produto do Projeto “As delimitações espaciais na História Ambiental”, que foi coordenado pelo professor Dr. Gilmar Arruda (Universidade Estadual de Londrina, UEL), com apoio do CNPq. E-mail: jo@unicentro.br.

of expeditions thus show the agency of heterotopic language built on new places in the environmental displacement of the eyes of those who observe a new landscape.

Keywords: Place. Space. Environmental history.

RESUMEN: Este artículo analiza la noción de intermediación, sus límites y posibilidades de reflexión sobre la delimitación espacial en los estudios de historia ambiental. El artículo posiciona la discusión a partir de documentos sobre la expedición de García de Loaisa a las Molucas (1525), en comparación con la producción historiográfica e interdisciplinar sobre espacialidades, considerando estos documentos como textos ambientales que presentan narrativas nómadas. Los textos ambientales de las expediciones muestran así la agencia del lenguaje heterotópico construido sobre nuevos lugares en el desplazamiento ambiental de los ojos de quienes observan un nuevo paisaje.

Palabras clave: Lugar. Intermediación. Historia Ambiental.

Como citar este artigo:

Klanovicz, Jo. “Sobre zebras na América do Sul: a noção de entrelugar e a escrita do espaço em história ambiental”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 171-187.

Introdução

Neste artigo, a proposta é discutir a noção de “entrelugar” como um desafio conceitual para a pesquisa no campo de conhecimento da história ambiental. O contato dessa área de conhecimento com outras, especialmente com a biologia e a geografia, tem permitido a apropriação de conceitos de localização, especialmente a partir da ecologia como campo científico e como metáfora, para tratar dos espaços nos quais as relações de seres humanos e mundo natural foram tecidas no passado. Nesse sentido, “tudo que acontece, acontece em um lugar”, para usar uma expressão do geógrafo Yi-Fu Tuan (2015). O que o entrelugar oferta de desafio para essas pesquisas é pensar o que acontece, quando as coisas acontecem fora do lugar.

Para provocar alguma incursão nesse desafio, presto atenção a um período peculiar do contato entre Europa e novo mundo, que é o da expansão moderna. Ela tem sido estudada, para além da dimensão política, a partir de implicações ecológicas (Diamond 2011; Crosby 2011; Richards 2003; Arnold 2000). A construção do contato com espaços “novos”, do ponto de vista europeu, proporcionou, cada vez com maior intensidade desde o século XVI, a instauração de regimes de dominação e novas relações de poder entre humanos e mundo natural (Radkau 2008),

além de interfaces diferentes de populações humanas, fauna e flora, em sentido global (Crosby 2011; Uekötter 2014).

John Richards (2003) observa que essa expansão acabou constituindo, ora de maneira voluntária e consciente, ora acidental, um sistema global de transporte e comunicação, abrindo rotas e conexões mais ativas, nas quais embarcações cada vez mais equipadas e com tripulações experimentadas foram desenvolvendo competência para zarpar de qualquer lugar para qualquer outro do planeta, sem temeridades.

No cenário de notícias de além mar, que apresentava textos e imagens com circulação cada vez mais intensa em diferentes setores das sociedades europeias, a quantidade e qualidade das informações e sua replicação permitiram o incremento de percepções que buscavam incorporar diferentes facetas do novo mundo, entre elas, sua história natural (Teixeira e Papavero 2009). Os novos espaços serviriam, também, para abrir caminho a novas interações e redefinições da própria ideia de natureza (Markey 2016). Esse processo foi constituindo pessoas e outras espécies em circulação, em movimentos intercontinentais, registrados em diferentes meios, como tapeçaria, cartas, diários, ilustrações e outros objetos do intercâmbio colombiano (Crosby 2011).

Pode-se considerar que os percursos que foram sendo estabelecidos entre Europa o “novo mundo”, mesmo que consideradas as assimetrias de poder e as estruturas de dominação construídas pela violência material e simbólica contra esses espaços, eram ecologicamente fluidos. Gravuras como a de Carlos V exercendo seu domínio sobre o novo mundo demonstram que maravilhamento, admiração e curiosidade pelas Américas eram acompanhados do exercício da violência, da perspectiva de domínio e de vitória sobre um outro espaço ao alcance espanhol (Markey 2016).

No caminho entre Europa e esses espaços, a proposta de pensar a fluidez de imagens, neste artigo, tem relação com as águas do Atlântico e os seus percursos que denomino de “tateantes”. É possível que a formulação das narrativas sobre os novos espaços foi sendo constituída na dinâmica da curiosidade, da incerteza e do caminho cujo horizonte era, por muitos e longos dias, uma linha imaginária que apresentava poucas constantes, tais como o nascer e o pôr do sol, os ventos e o balanço das águas, habitados pelas fronteiras das convenções e da linguagem de gravuras e os contatos porosos entre o fervilhar da imaginação e um realismo possível. Essa experiência que redimensionava mundos, era povoada por entrelugares.

Nos anos 1500, parte significativa da formulação de narrativas que constituem entrelugares habitou os papéis de diários de bordo de expedições que já estavam na transição entre viagens *cortesianas* (como as que margeavam a Califórnia) e viagens mais amplas como as de circum-

navegação (Crespo-Francés 2020, 174). A expedição de Frei Garcia de Loáisa (Figura 1), que zarpu do porto de La Coruña em 5 de abril de 1525 rumo às Molucas, na Ásia (Figura 1), e que tinha como objetivo retomar o caminho de Magalhães-Elcano poucos anos antes (Crespo-Francés 2020, 174) é um caso de texto habitado por entrelugares. Com 450 tripulantes em seis embarcações (Santa Maria de la Victoria – nau capitânia, Sancti-Spiritus, Anunciada, San Gabriel, San Lesmes e o galeão Santiago), para além do relato sobre o cotidiano da expedição, ao descerem de Cabo Verde para a costa da América do Sul, as naus começaram a avistar, na Patagônia, eventos fora do lugar, ou melhor, entre um lugar e outro. Zebras e outros bichos começavam a povoar as páginas do capitão.

Este artigo busca percorrer alguns trechos do diário de bordo de Loáisa, prestando atenção nessas liminaridades que permitem a inscrição, em textos de caráter informativo e oficial, de entrelugares, tomados aqui como eventos dados na linguagem, que precisavam ser incorporados em definitivo nas narrativas náuticas, geográficas e políticas sobre uma parte menos conhecida desse lugar.

Frente à abstração dos espaços e à necessidade de construir termos capazes de incorporar lugares, parte das delimitações que se acomodavam na narrativa de exploração espanhola do início do século XVI residia no texto escrito. Nesse sentido, o diário de bordo da expedição de Loáisa constitui um ponto de materialidade desses esforços de delimitação, e utilizo a obra como um registro discursivo dessas acomodações espaciais. Embora sejam apenas apresentados poucos trechos do texto, que tinha função geopolítica, são justamente alguns termos e tratamentos que chamam a atenção para entrelugares. Nesse sentido, o artigo circunscreve a discussão sobre o caráter da delimitação espacial nos estudos de história ambiental e, depois, na discussão sobre a delimitação dos entrelugares, intercalando documentos da expedição de circum-navegação espanhola de 1525 e produção apropriada pela historiografia para pensar as implicações da temática. O diário de bordo da expedição de Garcia de Loáisa constrói uma paisagem ‘fora do lugar’, tecendo o que estou considerando como uma narrativa nômade – de acordo com Gilles Deleuze (2007) – mas que é profundamente pautando num ponto fixo etnocêntrico. Nesse sentido, busca-se articular uma leitura de proximidade entre história e ecocrítica, lendo o diário de bordo como literatura, ao mesmo tempo em que uma evidência histórica de novas interfaces que estavam sendo constituídas entre seres humanos e não humanos no novo mundo.

O diário de bordo da expedição de Garcia de Loáisa que permite a construção deste texto foi publicado como parte da *Colección de los Viajes y Descubrimientos que Hicieron por Mar los Españoles Desde el Siglo XV*, organizada por Martín F. De Navarrete, em 1837. Naquele momento, a perspectiva da Espanha era compilar as viagens em um amplo processo de modernização da

Marinha. Esse projeto veio a ser redimensionado no final do século XX, quando a Espanha retomou o financiamento da análise histórica sobre tais expedições (Crespo-Francés, 2019).

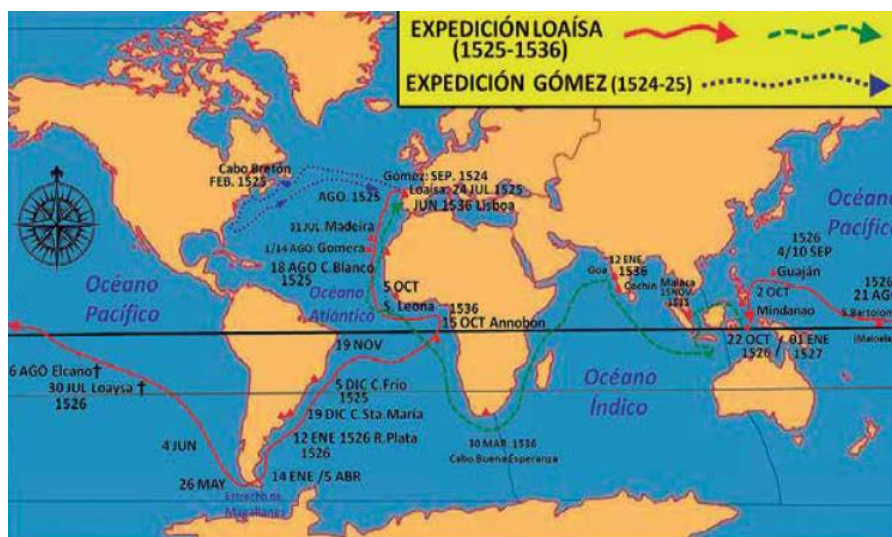


Figura 1: Itinerário da expedição de Loaisa, 1525-1530. Crespo-Francés 2019.

Narrativas de lugar e historiografia: as delimitações espaciais e a história ambiental

Narrativas que mostravam animais diferentes, coisas fora do lugar, por vezes foram pensadas a partir das percepções da monstruosidade, da fantasia, condizentes com as convenções narrativas do período de transição entre fim do século XV e primeira metade do século XVI (sintetizadas, no caso do Brasil, ainda em 1958 por Sergio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*), mas que também ativavam a expectativa europeia de um mundo prístino da era da expansão (Denevan 1992).

Em meio às navegações que permitiam dar vazão a uma ideia de Europa sem limites a explorar, como observa John Richards (2003), o imperialismo ecológico dava conta do mundo não humano da América do Sul à sua maneira, e as interfaces entre humanos e não humanos ali passavam a ser relatadas na limiaridade e nos entrelugares da linguagem, das listas de classificação de fauna e fora derivada dos *bestiaria* medievais (Aloi 2018, 35), mas já em cotejo com com novas taxonomias.

A circulação de *Bestiaria* desde o século XI, reforçada desde o Renascimento permitiu a constituição de uma semântica da natureza materializada em animais e plantas como objetos moral e simbolicamente revestidos de valor religioso, com um naturalismo teologizado (Aloi 2018, 35). Nesse sentido, as relações entre animais, plantas, textos e ilustrações, até fins do século XV e início do XVI (Aloi 2018, 35) são substancialmente fluidas, com fauna e flora aparecendo como atores

no palco onde o realismo não importava no contexto, já que a representação de animais e plantas não precisava ser presenciada em primeira mão.

Para além das imagens tecidas por europeus sobre o novo mundo e seus não humanos este artigo está interessado em discutir o papel do entrelugar e sua liminaridade como delimitação espacial para estudos de História Ambiental. A construção de um arcabouço teórico-metodológico em torno da delimitação espacial nesse campo de conhecimento tem sido cada vez mais discutida, e montada com a preocupação sobre as boas práticas de escrita e análise (Carvalho 2015). Essa preocupação tem chamado atenção das Humanidades Ambientais como um todo, o que pode ser observado com a reemergência da discussão sobre a noção de “lugar” (Buell 1995; 2001).

A reflexão em torno das delimitações espaciais em História Ambiental e a leitura dos fenômenos como zebras e patos sem asa na América do Sul, como é o caso apresentado aqui como acontecimentos existentes no entrelugar, oportunizam à história ambiental a interpretação desses relatos como textos ambientais que registram narrativas novas sobre a interface de humanos e não humanos em tempos e espaços vivenciados entre Europa e América.

Nesse mesmo espaço-tempo de expansão europeia, o novo mundo, para além dos intercâmbios de fauna e flora, marcado pela circulação de espécies de plantas, sementes, germes e animais entre as embarcações espanholas e portuguesas entre Ásia, África, Europa e América (Fernández-Armiesto 2017; Crosby 2011; Richards 2003; Arnold 2000), é um terreno de exercício profundo de delimitações semânticas da natureza, que inclui a construção de metageografias (Oliveira 2016). Nesse sentido, um diário de bordo pode ser apropriado conforme a denominação proposta pelo ecocrítico Lawrence Buell (1995) como um “texto ambiental”, ou seja, um documento destinado à leitura do mundo natural que realiza representações e interpretações por meio de distorções ou de ficções, no qual o ambiente está presente não apenas como uma moldura para as ações humanas, e sim sugere que a história humana está implicada na história natural (Buell 1995, 103; 7).

Para pensar a noção de entrelugar em relação às delimitações espaciais em história ambiental, é necessário partir de uma constatação: até os anos 1990, esse campo de conhecimento discutia a espacialidade considerando a materialidade dos lugares como um elemento praticamente dado na história (cartograficamente).

Obras como *Dust Bowl: the Southern Plains in the 1930s* (Worster 1979) ou *The Ends of the Earth: Perspectives in Modern Environmental History* (mesmo autor, 1988) ‘aterravam’ os fenômenos a regiões biogeográficas ou territórios ecológicos um pouco mais amplos que até ultrapassavam estados nacionais, mas ainda estavam bem delimitados ecologicamente.

Dos anos 1970 aos anos 2000, Andrew Isenberg (2014) observa que o campo apresentou movimentos de expansão institucional (anos 1970 a 1980), uma relativa estagnação (anos 1990), e um reaquecimento de pesquisas e abordagens a partir dos anos 2000. Nos anos 2000, um movimento de crítica teórico-metodológica começa a ser intensificado, especialmente em virtude de novas relações tecidas entre História Ambiental e campos científicos mais distantes das Humanidades. Esse movimento tem relação com a própria temporalidade das conexões que foram sendo constituídas historicamente entre as humanidades e a problematização de ações na busca por justiça ambiental, o que trouxe para o centro da análise as dimensões historicizáveis da vida de populações e sua realidade biológica e física (Mauch e Trischler, 2010).

As delimitações espaciais voltaram ao centro das preocupações teórico-metodológicas, já que o campo começava a incorporar noções como *ecossistema*, *bioma*, *habitat*, ou outros ligados à espacialidade e localidade de fenômenos naturais e sociais. Temas como transformação das paisagens, preservação de recursos, sociedades de conhecimento sobre a natureza, desastres ou risco, e, em menor medida, imperialismo ecológico (todos eles formando o que Christof Mauch e Helmuth Trischler (2010) qualificaram como as seis grandes abordagens de história ambiental) passaram a dialogar e incorporar delimitações espaciais das ciências biológicas sem prestar muita atenção no papel epistemológico que elas poderiam ter.

Localizar representa escolher uma escala, operar uma ginástica do olhar sobre a paisagem (Claval 2007), mas também nomear, acessar, incorporar, tornar presente, interpretar e talvez governar uma região, um território. Delimitar espaço em História Ambiental tem implicações éticas, sociopolíticas e, claro, ecológicas. Delimitar um espaço não significa, entretanto, atribuir fixidez, imobilidade aos fenômenos de interesse de uma pesquisa histórica num dado local. Isso porque eles podem se desenrolar fora do lugar delimitado ou em qualquer ponto dele. Mas como tratar as coisas que acontecem fora do lugar ou melhor, no entrelugar, como é o caso do ambiente fluido dos oceanos?

Gilmar Arruda (2015) pontua que delimitações espaciais de eventos ambientais despertam desafios teórico-metodológicos fundamentais na área de História Ambiental. Ao coordenar uma pesquisa de fôlego que envolveu investigadores e investigadoras de todo o Brasil em torno da questão, Arruda (2015) observa que as variáveis usadas para definição do recorte espacial precisam ser explicitadas, considerando a impossibilidade de real separação entre natureza e cultura bem como o reconhecimento da existência de processos naturais sobre os quais humanos não têm influência (Arruda 2015).

Em dossiê da Revista de História Regional (volume 20, 2015), a temática foi abordada pela maioria dos/as envolvidos/as no projeto. Haruf Espíndola (2015) observa, nesse sentido, as relações próximas e necessárias entre História e Geografia, atentando para a retomada da reflexão sobre conceitos como poder e território, escala, tempo e agenciamentos, bem como suas consequências para a delimitação espacial em história ambiental (Espíndola 2015).

José Augusto Pádua (2015) abordou a constituição dos territórios amazônico e da Mata Atlântica numa perspectiva comparada, porém conectando-os a partir da ideia de construção de território nacional e de invenção de território. Já Dora Shellard Corrêa (2015) discutiu como delimitação espacial a concepção de paisagem em obras historiográficas, pontuando limites, possibilidades e abordagens dessa noção. Corrêa aponta para a necessidade de discutir paisagem em documentos e não necessariamente seguir o caminho proposto por muitos historiadores ambientais que tratam da observação direta das paisagens como método de construção de conhecimento. Isso porque sua posição é a de que traçar paisagens pretéritas não é algo que possa ser completada apenas com trabalho de campo, na medida em que há outros testemunhos. O campo pode expor a prática, mas não o pensamento e a circunstância que a gerou (Corrêa 2015). Alessandra I. De Carvalho (2015) discute as paisagens a partir da interação com a cultura em montanhas.

Rogério Ribeiro de Oliveira (2015) discute os paleoterritórios como delimitação espacial de história ambiental, ao trabalhar a história da ocupação passada da Mata Atlântica na sua espacialização de resultantes ecológicas do uso de ecossistemas por humanos. Já Eunice Sueli Nodari (2015) aborda um bioma como delimitação espacial para a pesquisa histórica nesse volume da revista, ao discutir relatos de viajantes argentinos na região de Misiones, na ininterrupta cobertura de Mata Atlântica entre sul do Brasil e a Argentina. Entre as observações importantes do artigo, está justamente a ideia de discutir um bioma como local de história, o que transcende fronteiras políticas entre países. Essa transcendência reflete diretamente os cortes que a história ambiental opera em relação às histórias tradicionais ou sociais ou culturais mormente calcadas na nacionalidade.

Ely Berço de Carvalho (2015), ao discutir araucárias e Mata Atlântica, pontua que a delimitação espacial é um processo que precisa ser construído de maneira paralela e simultânea à própria narrativa histórica sobre um lugar, não podendo ser construída com um dado *a priori* para a pesquisa. Nesse sentido, uma delimitação espacial em história ambiental não pode ser tomada como um pano de fundo.

O que esse dossiê enfatizou foi que as delimitações espaciais estão amalgamadas às dimensões natural e construída do mundo palpável, ou seja, necessariamente incrustadas na noção de ambiente, que dá forma e filtro a essas mesmas dimensões para a elaboração de uma história ambiental (Buell 2001).

Arruda (2015) aponta, finalmente, para o cuidado de não tomar o procedimento de delimitação espacial como algo tecnificado. Isso porque a própria diluição do natural no cultural e vice-versa complexifica o delineamento espacial em qualquer investigação na medida em que impede que possamos apenas efetivá-la a partir de uma perspectiva unicamente material ou natural.

O exercício e a reflexão contínuas sobre as delimitações espaciais são, nesse sentido, uma operação historiográfica que precisa ser cuidadosa, além de constantemente problematizada e instaurada no processo mesmo da escrita de história (Carvalho 2015, 317). Dessa forma, acontece que por vezes a delimitação espacial pode residir na própria textualidade.

Kaia Lehari (1995), ao considerar que textos (literários ou não) constituem ecologias, abre espaço para que se possa considerar o ambiente como *um campo de forças* que não têm existência independente e que está colocado num fluxo constante que não permite separação bem delimitada entre o que é vivo e o que não é. A textualidade permite, nesse sentido, adaptar algo que está fora do lugar a um contexto narrativo (Lehari 1995, 95).

Relatos de expedições marítimas que narram fenômenos a partir de uma posição nômade interessada mais no percurso do que no ponto de partida ou de chegada, constituídos na adaptação das rotinas num fluxo que liga conhecido e desconhecido são exemplos da captura de percepções sobre o entrelugar no texto ambiental dos diários de bordo. São textos produzidos por grupos ou pessoas que estão em movimento de um lugar para outro, em velocidades e ritmos diversos entre um primeiro e um segundo espaços que acabam por constituir um terceiro, que não é um limbo; é um lugar intermediário.

Nesse sentido, Gilles Deleuze observa que ao nômade não interessam os pontos de chegada nem os pontos de partida, mas os trajetos que percorre (Cunha 2015). Na intermediação, no entrelugar, a leitura de espaços pode estar construída na heterotopia ou na justaposição de experiências de espaço entre os pontos de saída, os pontos de chegada e as pausas do nomadismo.

Os textos ambientais são aqueles que são capazes de nos remeter a espaços que não conhecemos, sempre empreendem uma narrativa na qual a natureza ou o mundo natural não é apenas pano de fundo das ações humanas e, mais detidamente, apresentam perspectivas para uma leitura da ética das relações entre humanos e mundo natural (Buell 1995, 13). Eles sempre dão respostas ambidestras que evitam reducionismos opostos: o reducionismo no nível da

representação formal, que nos faria acreditar que o texto replica o objeto-mundo ou que criaria um universo linguístico totalmente distinto dele; e o reducionismo no nível ideal, como que se requeresse de nós a crença que o ambiente a ser considerado seria o maior objeto do documento ou a mistificação de algum outro interesse (Buell 1995, 13).

Como qualquer outra forma de se fazer história, a história ambiental global ou local ou do entrelugar é escrita com base em documentos ambientais que, num primeiro instante, não reparam a biosfera diretamente, mas reorientam leitores e leitoras parcialmente desnaturalizados/as não até uma natureza primordial que não podemos reconhecer nem em realidade nem em fantasia, mas a uma versão artificial do ambiente desenhado para evocar um senso de espaço.

Esses textos trazem os lugares ao ser, não apenas nomeando objetos e agentes, mas também dramatizando-os nos processos que eles importam. Nesse sentido, é inegável que os lugares narrados sofram reduções, uma vez que os espaços são definidos parcialmente no que se é possível fugir deles e parcialmente no que se aceita de suas fronteiras estabelecidas de maneira artificial, mas não aleatória. Esses textos são como que a projeção de desejos que, quando aceitos em sua ontologia, são dessubjetivados. Assim é importante pensar a ecocrítica dos textos ambientais como elemento preponderante para os estudos dos entrelugares e dos lugares, por apresentar estratégias importantes de apropriação de espaços, que são a) a releitura das representações da natureza já canonizadas, baseadas em estereótipos que podem ser estudados como atitudes que são reforçadas nos leitores a partir das próprias ligações entre o local, o lugar, o entrelugar e quem os narra, e b) a discussão do documento como parte do ambiente ou como um sistema ecológico independente. Isso porque cada texto ou item em nosso ambiente está sujeito a influências recíprocas. Para coexistir com o texto, alguém tem que ser familiarizado com ele nos detalhes, tem que ser ciente das conexões entre os detalhes e entre o texto e seu ambiente. Em síntese, todas essas conexões tem de ser analisadas no sentido de encontrar os melhores caminhos para tratar do texto.

Lembremos que a ecologia, na história ambiental, sempre proporciona a chamada de atenção para os princípios da conectividade e das interações entre organismos e ambientes, conforme pontua William Cronon (1990, 130). Assim, perceber o lugar ou o entrelugar como evento espaçotemporal é uma oportunidade para discutir como entidades interagem para reproduzir a dinamicidade das próprias relações entre humanos e mundo natural. Essa interação, por sua vez, se dá num espaço e, por isso mesmo, define e redefine os limites da localidade.

O ambiente prescreve ao sujeito algumas características, de acordo com o organismo como sujeito, enquanto esse reflete significados desses elementos do lugar. Em caso de ambientes

diferentes, todo o sistema de signos muda, definindo ou redefinindo experiências (que são cumulativas) e memórias (que permitem que as experiências prévias sejam reconhecidas).

Zebras e patos sem asa na Patagônia ou o entrelugar de uma narrativa nômade

Em 5 de abril de 1525 uma expedição que aproveitava a experiência de Magalhães, zarpou do porto de La Coruña rumo às Molucas, no Pacífico. As embarcações Santa María de la Victoria, Santi-Spiritus, Anunciada, San Gabriel, Santa María del Parral, San Lesmes e o galeão Santiago enfrentariam inúmeros desafios sob o comando geral de Frei García de Loáisa e de Sebastian Elcano. Motins, deserções e naufrágios compunham o repertório de problemas enfrentados na viagem, especialmente a partir do momento em que a nau San Gabriel aportou na Isla de los Patos (atual Florianópolis, em Santa Catarina) e marinheiros tiveram contato com naufragos de Solís e com indígenas que contaram sobre a existência de prata e ouro para além das montanhas.

Em 14 de janeiro de 1526, pela manhã, acreditando terem encontrado o estreito de Magalhães, as naus Santi-Spiritus, Anunciada, Santa María del Parral e San Lesmes avistaram a boca de um rio. No mesmo dia, uma forte tormenta desbaratou a nau Santi Spiritus, que perdeu mercadorias, artilharia e víveres, naufragando. Elcano subiu à nau Anunciada de Pedro de Vera e, junto com a Santa María del Parral e a San Lesmes, perderam seus batéis. No diário da expedição, entre os meses de janeiro e abril, a nau capitânia registrou zebras (provavelmente vicunhas) nas margens do Rio Santa Cruz, no Cabo das Onze Mil Virgens, enquanto buscava adentrar o território e encontrar a passagem de Magalhães. O diário pontua também o encontro de marinheiros com nativos “patagones”. Um deles era “*grande de cuerpo y feo, y traia vestido una pelleja de cebra, y en la cabeza un plumage hecho de plumas de avestruces, y su arco, y unas abarcas en los pies; y como vió que se hacía noche, aseñaló que le llevasen á tierra*” (De Navarrete 1837, 403).

Os marinheiros encontraram, também, *patos sin alas* (pinguins): “[...] hallamos tantos de patos sin alas, que no podíamos romper por ellos, é dimos todavia sobre los lobos que estaban en tierra” (De Navarrete 1837, 406).

Ao mesmo tempo, o que viram era uma abstração a partir de um espaço oceânico que considero nômade, fluido, constituído no próprio percurso de navegação e eivado de representações de fauna e flora igualmente fluidas e que não estavam necessariamente construídas a partir do realismo, que havia perdido espaço nas artes e nas representações desde a queda do império romano.

Terceiros lugares

Juan Maura (2011) pontua uma certa tradição de vinculação dessas narrativas que aparecem na América sobre o mundo natural a uma espécie de “realismo maravilhoso”, ainda mais em textos de nágrafos e no sul do continente. No que interessa à discussão sobre os entrelugares nessas narrativas ambientais, considero que, mais do que construir espaços do maravilhoso, estabelecem uma linguagem que prescinde, ao mesmo tempo, de precisão porque são documentos oficiais para informar autoridades sobre o andamento da viagem, e que acabam utilizando a própria liminaridade da linguagem descritiva do mundo natural entre o velho e o novo mundos. Esse terceiro lugar habitado pelas coisas vivas fora do lugar, como zembras e patos sem asas, ainda podem estar ligadas às dimensões semânticas da natureza já citadas e presentes nos ecos dos bestiários europeus à época.

Para Elizabeth Grosz (2001), a possibilidade de abertura de um “terceiro lugar” constitui um novo campo marcado pela liminaridade das coisas. Liminalidade e entrelocalidade referem-se ao estado de transição entre dois fenômenos, dois espaços, dois acontecimentos. Espacialmente falando, a posição do entrelugar implica uma meia localização entre dois eventos e espaços opostos tais como dentro e fora, aqui e lá, isso e aquilo. Esse dualismo e binarismo é complicado, porque não abre-se para as complexas construções fugidias sobre o espaço, caracterizadas como simples “resto”. O conceito de *entre* é parte da construção do espaço, já que pode ser discutido como uma entidade *per se*, uma posição corporificada ligando o primeiro espaço, o de origem ou partida e ao segundo, do destino ou da chegada.

O termo *entre* tem sido largamente explorado do ponto de vista dos estudos culturais, principalmente com temas como o estado de liminaridade e linha de borda, sendo frequentemente associado a questões econômicas, políticas e geográficas contemporâneas. É também um status de margem ou de fronteira difusa, frequentemente usado para estudos literários. similarmente, o conceito de entrelugar é usado em trabalhos de artes visuais, dando vazão a significados emocionais e ambíguos, e assim ultrapassado a racionalidade das formas científicas e matemáticas (por exemplo, a teoria aritmética da intermediação ou o termo mais comum da medicina e da física, de interstício).

Pode-se dizer que o clichê do entrelugar está em tudo, e que cada autor tem um nome diferente ou texto para explicá-lo. Mesmo nesses termos “ser entre algo” é frequentemente usado como sinônimo de fusão (exemplo: a cultura da fusão de alimentos). Contudo, quero sugerir que o conceito de *intermediação* e seus correlatos implica em uma forma *inter*, um prefixo que significa justaposição, sobreposição, concorrência, camadas, uma interação dialética entre coisas (objetos,

sujeitos, espaços). Não é apenas fundir ‘dois em um’ ou simplesmente misturar modos, apropriações ou terminologias entre disciplinas. É provavelmente mais dialética a conversão entre dois fenômenos opostos desde que se estabelecem novos pontos de cruzamento e possibilidades de conexão. Cruzar as linhas do entre é corporificar a linha de transição. A locação do entrelugar surge no exato momento em que a linha de fronteira é cruzada e experimentada.

Mas quem, quando, como e onde é que essas questões entram na discussão sobre a construção do espaço? As disciplinas que trabalham com ambiente construído, por exemplo, nos lembram que os entrelugares são espaços por si só, embora seja necessário lembrar, do ponto de vista da história, que os termos ligados à espacialidade são abstratos, definidos por vetores de direção, velocidade e variação de tempo (De Certeau 1998, 117).

A mobilidade [no caso apresentado, de aventureiros marinheiros espanhóis, considerados aqui como nômades] cria espaços contínuos de intercâmbio, deslocamento dos discursos do espaço fixo de permanência para uma nova perspectiva de “espaços do ir,” espaços de passagem, de nomadismo, de transição e de circulação (Careri 2002). É a geografia cultural da viagem, não mais a prevalência da *ágora* da vida pública, mas das aventuras e desventuras do privado-público (Hajer e Reijndorp 2001, 21).

As zebras e os patos sem asa da narrativa nômade dos marinheiros espanhóis da expedição de Loaisa, que poderiam ser reduzidos à existências como as de pinguins avistados por europeus constituem uma terceira paisagem, um terceiro lugar que, por sua vez, revela rotinas intrincadas e comuns das práticas de narrativa diárias a aventura de viajar (Perec 1997).

Ray Oldenburg afirma, em *The Great Good Place* (1999), que a vida cotidiana se dá no balanço de três espaços de experiência: o primeiro é doméstico, o segundo é do trabalho e o terceiro é social. Os locais públicos são aqueles que apresentam grande variedade que acomodam agrupamentos regulares, comunitários, informais de indivíduos em torno de sua casa e de seu trabalho (Soja 2000, 16).

Nas escritas dispersas, a premissa subjacente é a de que os agentes de mobilidade que habitam espaços de transição podem produzir ‘novos’ espaços, uma vez que vão e vem, movem-se em lugares que oferecem novas possibilidades.

A mobilidade e o ato da transição entre espaços dá origem a outros lugares que não são os de sua originalidade (o ponto de partida) nem os da situação (o ponto de chegada). Transitar continuamente cria novas realidades, literalmente um lugar outro que não é intensamente vivido. A mobilidade geral, paradoxalmente, estabiliza esses “lugares espacializados”, congelando-os

momentaneamente na narrativa. Esses lugares são espaço no qual diversos sítios incongruentes e momentos no tempo são justapostos, momentos de passagem, fragmentos de outros espaços.

Esses espaços de transição reassentam a zona espacial da heterotopia, proposta por Michel Foucault em *Des Espaces Autres* (1967), uma zona que acomoda sentidos de tempo e de espaço que se deslocam. De acordo com o autor, a heterotopia é capaz de justapor um lugar real em diversos espaços que são opostos. Nesse sentido, é possível dizer que essa instância do *entre* ou desse lugar de transição é uma zona experimental que é ideológica e literalmente deletada depois do tempo do acontecimento.

Considerações finais: os locais da intermediação na história ambiental

Como a heterotopia, espaços de transição são sistemas de mão dupla totalmente ambíguos que fecham o que foi deixado em aberto antes, e vice-versa. O espaço de transição é esporádico, ao mesmo tempo acessível e invisível.

Teoricamente, a posição do entrelugar é constantemente associada a leituras da mobilidade, do trânsito, da passagem, do nomadismo e da nomadologia, ou limites e liminaridade. Novamente o clichê retorna: a palavra “entre” é parte de nossas rotinas, nossas práticas cotidianas de ir e vir, nossas narrativas móveis e histórias nômades. Quando ocupamos, requisitamos ou exploramos um lugar, interagimos corporalmente com objetos e espaços. Os sujeitos nômades estão em estado constante de transição entre as coisas. Sugere-se que esse tipo de engajamento durante a situação de trânsito, o ato de produzir, consumir e usar locações diferentes, constituem o ponto de partida para caracterizar o entrelugar.

Nesse sentido, a classificação a seguir é uma taxonomia possível, baseada no estudo especulativo. Podemos encontrar a experiência do entrelugar especialmente nas cidades, ou em rotas ou viagens como a expedição que encontrou zebras e os patos sem asa na Patagônia de 1526. O entrelugar está, então, nos espaços limiars de transição ou passagem (Hajer e Reijndorp, 2001), que são físicos e tem a função de transição, limitados por entradas e saídas e espaços de fronteira entre duas esferas opostas ou localidades intangíveis.

Os marinheiros que avistaram animais como patos sem asa ou as peles de zebra são veículos corporificados (Goffman 1963). Esses nômades usam seus corpos como veículos de experiência sensorial, pertencimento, percepção e cognição. Mesmo que eles andem em diferentes velocidades, eles usam seus corpos, seus corpos em movimento. Ao se moverem apresentam diferentes ritmos de lugar para lugar. Locomoção (espaço + movimento) é a habilidade ou poder de mover de espaço para espaço, mas também de autopropulsão do movimento (viagem) ou motivação (a qualidade de ser influenciado por motivos e pelo poder de motivar). Mover-se com um propósito significa usar

tempo e espaço para experiência e narrá-los em termos caseiros mesmo sobre lugares intangíveis que precisam ser traduzidos e adaptados.

O que as zebras e patos sem asa avistados por marinheiros mostram para uma leitura de história ambiental é que textos, ao registrarem narrativas nômades de espanhóis aventureiros, não descrevem uma realidade maravilhosa, mas sim uma paisagem fora do lugar, uma paisagem de entrelugar na qual os animais são hiperbolizados na linguagem. São, assim, as coisas que habitam o entrelugar. Atentar para isso significa que podemos experimentar e explorar novas formas da paisagem e de lugares em história ambiental, a partir da atenção maior sobre o engajamento ativo de narradores sobre o uso cotidiano de sua linguagem, uma vez que o nômade, o marinheiro, o andarilho que vê lugares e os constituem não estão subservientes à forma e à convenção de um dado objeto.

Referências bibliográficas:

Aloi, Giovanni (org.) *Why look at plants? The botanical emergence in contemporary art*. Leiden: Brill, 2018. <https://doi.org/10.1163/9789004375253>

Arnold, David. *La naturaleza como problema histórico*. México: FCE, 2000.

Arruda, Gilmar. “Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 209-231. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0001>

Buell, Lawrence. *The environmental imagination: Thoreau, nature writing, and the formation of American culture*. Boston: Belknap/Harvard University Press, 1995. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1nzfgsv>

Buell, Lawrence. *Writing for an endangered world*. Boston: Belknap Press, 2001.

Careri, Franceso. *Walking as an aesthetic practice*. Barcelona: Gustavo Giliri, 2002.

Carvalho, Alessandra I. de. “Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 357-397. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0008>

Carvalho, Ely B. de. “Problematizando as representações do mundo natural como delimitação espacial em História Ambiental: entre a Araucarilândia e a Floresta Ombrófila Mista”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 317-342. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0006>

Claval, Paul. *A geografia cultural*. 3.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

Corrêa, Dora S. “Paisagens através de outros olhares”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 252-276. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0003>

Crespo-Francés, José A. “Búsqueda de itinerarios para la primera globalización: 1519-1565”. *Huarte de San Juan. Geografía e Historia*, 27 (2020): 173-204. <https://doi.org/10.48035/rhsj-gh.27.7>

Crespo-Francés, José A. 2019. “Expedición Loaísa: frustración tras la circunnavegación”. <https://dentistasiglo21.com/pdfs1/mas6.pdf>

Cronon, William. “Modes of prophecy and production: placing nature in history”. *Journal of American History*, 76, n. 4 (1990): 130-135. <https://doi.org/10.2307/2936590>

- Crosby, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- Cunha, Carlos F. C. “Gilles Deleuze e o pensamento nômade: a máquina de guerra primitiva”. Disponível em: «<http://pdf.blucher.com.br/philosophyproceedings/viii-sofia/008.pdf>» Acesso em: 10 set. 2015. <https://doi.org/10.5151/phipro-sofia-008>
- Deleuze, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- Denevan, William. The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 82, N. 3, p. 369-385, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1992.tb01965.x>
- De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- De Navarrete, Martín F. *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde el siglo XV*. Tomo V. Madrid, 1837.
- Diamond, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- Espíndola, Haruf S. “A problemática espacial e a história ambiental”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 343-374. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0007>
- Fernández-Armiesto, Felipe. *1492: o ano em que o mundo começou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Foucault, M. *Dits e écrits: Tome IV. Des espaces autres*. [1967]. Disponível em: «<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>» Acesso em: 10 set. 2015.
- Goffman, Erwin. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. New York, 1963.
- Grosz, Elizabeth. *Architecture from the outside: essays on virtual and real space*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- Hajer, Maarten e Arnold Reijndorp. *In search of new public domain: analysis and strategy*. Rotterdam: NAI, 2001.
- Isenberg, Andrew C. (org.) *The Oxford Handbook of Environmental History*. New York: Oxford University Press, 2014. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195324907.001.0001>
- Lehari, Kaia. “Walker in a landscape”. Em *Aesthetic culture*, Seppo Knuuttila, Erkki Sevânen e Risto Turunen (orgs.), 95-114, Helsinki: Maahenki, 1995.
- Markey, Lia. *Imagining the Americas in Medici Florence*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2016. <https://doi.org/10.1515/9780271078243>
- Mauch, Christof e Helmuth Trischler. *International environmental history*. Munich: RCC Perspectives, 2010.
- Maura, Juan F. *El gran burlador de América: Alvar Núñez Cabeza de Vaca*. 2011. (Colección: Estudios y Libros de Parnaseo-Lemir)
- Nodari, Eunice S. “Florestas em territórios de fronteira: sul do Brasil e Misiones na Argentina”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 300-316. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0005>
- Oldenburg, Ray. *The great good place: cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. New York: Marlowe, 1999.
-

Oliveira, Francisco R. de. “Lançando linhas imaginárias: metageografias da Ásia nas descrições geográficas e na cartografia portuguesa do século XVI”. *Scripta Nova*, XX, n. 551 (2016): 1-27.

Oliveira, Rogério R. de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 277-299.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0004>

Pádua, José A. “A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 232-251.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0002>

Perec, Georges. *Species of spaces and other pieces*. London: Penguin, 1997.

Radkau, Joachim. *Nature and Power: a global history of the environment*. New York: Cambridge University Press, 2008.

Richards, John F. *An unending frontier: an environmental history of the early modern world*. Berkeley: University of California Press, 2003.

Soja, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden: Blackwell, 2000.

Teixeira, Dante M.; Papavero, Nelson. *Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil: viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonville e da Nau Bretoa*. 2.ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

Tuan, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Editora da UEL, 2015.

Uekötter, Frank. *Comparing Apples, Oranges, and Cotton: environmental histories of the global plantation*. Frankfurt: Campus, 2014.

Worster, Donald. *Dust Bowl: the southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 2004 [1979].

Recebido: 26 de abril de 2021
Aprovado: 25 de junho de 2021